

Documento

A origem da dívida

ext

brasileira é injusta

"Não é possível continuar com o processo de transferir capitais, alcançados com tantos sacrifícios e tão necessários para o Brasil e as nações em desenvolvimento, para as nações ricas, invertendo o processo natural e necessário de fortalecer as nações mais pobres."

"Estariamos encorajando inconvenientes mudanças políticas e ideológicas ao fornecer munição útil para os radicais." A advertência foi feita ontem, em Washington, pelo deputado Herbert Levy, em palestra no Institute for International Economics, a convite do professor Fred Bergsten. É a seguinte a íntegra do discurso do deputado Herbert Levy:

Senhores.

Sou muito grato ao professor Fred Bergsten por haver-me proporcionado, com o seu convite, a oportunidade de falar num auditório de tão alto nível como este sobre o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento e especialmente do Brasil e a seguir debatê-lo com franqueza e objetividade.

Os senhores ouvirão conceitos e conhecerão fatos de um ângulo totalmente diferente do apresentado pelos altos funcionários do Brasil e pelos diretores do Fundo Monetário Internacional e eu espero poder demonstrar-lhes a seriedade e profundidade do assunto.

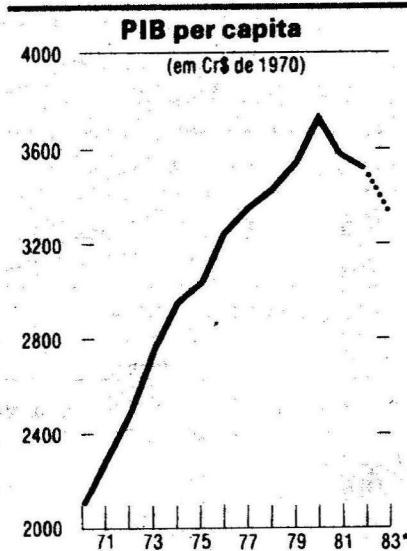
Vamos entender a composição da dívida externa brasileira: em 1976 e começo de 1977, os vultosos saldos dos países exportadores de petróleo baixaram as taxas do mercado financeiro para 6 1/4 e 6 1/2% a.a., porque esses países, tendo populações geralmente reduzidas, não podiam importar o suficiente para restituir os dólares para a economia mundial. Mas a pressão exercida pelo Tesouro americano no mercado, tomando os dólares disponíveis a taxas crescentes pa-



Herbert Levy

ra a cobertura dos seus déficits, elevou as taxas para 20,45%!

Tive oportunidade de enfatizar esse ponto numa conversa pessoal com o vice-presidente Bush, há pouco mais de dois anos, em Brasília. Soube depois que ele se impressionou e transmitiu ipsius verbis minha crítica ao presidente Reagan. E este tomou providências que reduziram as taxas a cerca de 11%. O aumento de custo dessa alta inusitada de juros produzida pela intervenção do Tesouro americano no mercado finan-



Fonte: FGV
* Preliminar
OBS. Valores corrigidos pelo IGP (coluna 2) médio

ceiro, tomando como normal a taxa de 8% a.a., corresponde a 24 bilhões de dólares.

Por outro lado, a deterioração nos termos de intercâmbio para os países importadores de óleo foi além de qualquer limite admissível. Basta enfatizar que, enquanto os preços do petróleo subiram 1.300% entre 1973 e 1982, o produto brasileiro de exportação com maior alta de preço nesse período foi o minério de ferro, 125%, ou seja, apenas 10% da alta do petróleo.

Nada foi feito para prevenir

essa inaceitável perda nos "terms of trade" pelos órgãos internacionais criados em Bretton Woods em 1944, antes mesmo do término da guerra, para evitar que a situação de um país fosse injustamente prejudicada por outro. E, no entanto, nada mais anormal e prejudicial do que deixar cem nações sofrerem as consequências de uma perda em termos de troca dessas proporções.

O preço do petróleo em 1975 era de 10,48 dólares por barril, 278% acima do preço de 2,77 dólares vigorante em 1973 ou mesmo 1,77 dólar em 1971, quando os países produtores se queixavam justamente dos baixos preços impostos pelas sete irmãs, empresas que controlam o comércio mundial do petróleo. Tomando o satisfatório preço de 10,48 dólares por barril em 1975, o custo adicional imposto ao Brasil no petróleo importado aumentou nossa dívida externa em mais 26 bilhões de dólares. Esses dois itens, custo anormal do dinheiro e do petróleo, representaram acréscimo impositivo de fora para dentro ao Brasil de 50 bilhões de dólares, num total de 82 bilhões de dólares, cifra oficial do endividamento em dezembro de 1982.

(Continua na pág. seguinte)

A origem da dívida brasileira é...

Esses números tornam injusta a crítica feita por um conhecido e respeitado semanário dos Estados Unidos, segundo a qual as grandes dívidas dos países latino-americanos, inclusive o Brasil, eram o resultado de projetos faraônicos.

Na verdade tivemos um único grande investimento, de 9,7 bilhões de dólares, na Usina Elétrica de Itaipu, incluindo 5 bilhões em cruzeiros.

Mas as projeções do consumo de energia disponíveis na ocasião mostravam falta de energia a partir de 1984, justificando a programação feita. É claro que a recessão mundial e, pior ainda, a recessão imposta ao Brasil pelo Fundo Monetário Internacional mudaram o quadro. Mas, com o crescimento de 11,5% do consumo de janeiro a setembro de 1984 sobre 1983, a energia de Itaipu volta a ser necessária. Outro investimento, este podendo ser criticado com razão, foi o destinado a usinas de energia nuclear, mas ele ascendeu a apenas 3 bilhões de dólares.

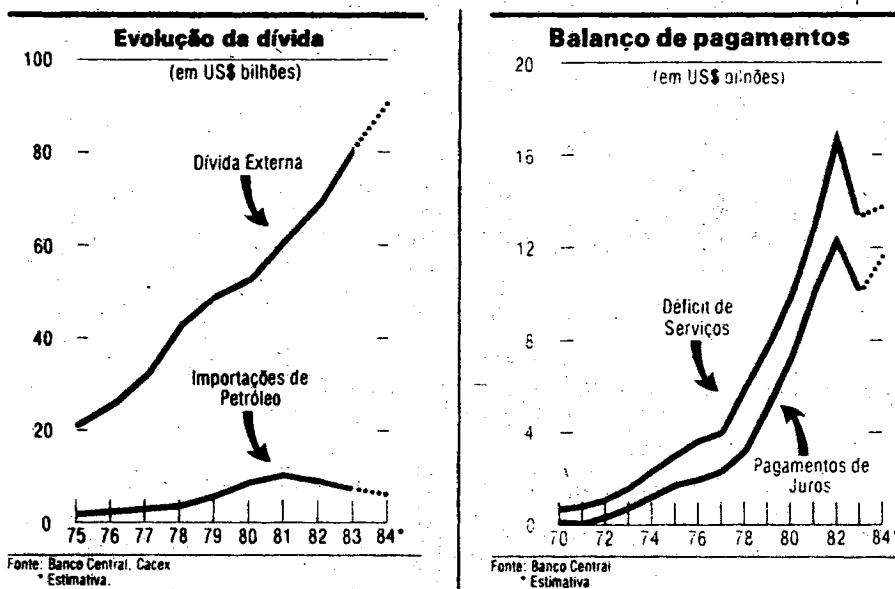
A presente política salarial alarga a área de pobreza absoluta da população

Muito bem! Estamos tendo um superávit de 12 bilhões de dólares na balança comercial de 1984, e um aumento no produto nacional estimado em 2 a 3%, devido às exportações e às altas de preços ligados a citrinos, cacau, soja e milho, estas últimas causadas pelas geadas e secas nos Estados Unidos e na África.

Funcionários públicos brasileiros e representantes do FMI e dos credores manifestam otimismo diante desse saldo.

Mas convém examinarmos a outra face da moeda.

As exportações foram estimuladas por uma supervalorização do dólar que torna as atividades ligadas à exportação prósperas. Outro estímulo é a perda considerável de poder aquisitivo salarial pelos empregados. Tenho comentado que a presente política salarial de



inspiração do FMI é responsável pela proletarização da classe média e o alargamento da área de pobreza absoluta da população.

Mas as maxidesvalorizações do cruzeiro estão impondo uma carga insuportável para milhares de empresas que tomaram empréstimos em dólares oferecidos pelo alto custo interno do crédito imposto pelo governo, para obter dólares que permitissem o serviço de juros da dívida. Em 1983 o custo dos empréstimos em dólares foi de 310%, contra uma inflação de 211%. Houve, em cifras redondas, um custo de 100% acima da inflação. Em 1982 os senhores tiveram aqui nos Estados Unidos um recorde de insolvência desde a crise de 29. E os economistas concordam que a maior causa para esse resultado tão negativo foi o custo elevado do dinheiro, 10%, repito, dez por cento acima da taxa da inflação. Esse fato tomado isoladamente dá bem a medida da forma irrealista e pouco responsável com que os tecnocratas conduzem a política econômico-financeira do Brasil.

Deve ser lembrado que a vasta maioria das empresas estatais esgotaram-se com tamanho ônus e não têm pago mais nem juros nem o principal de sua dívida externa, ao passo que as empresas privadas foram abandonadas à sua sorte. É essa situação que levou a liderança empresarial brasileira a propor, em manifesto nacional, a desdolarização da econo-

mia, sugestão que o governo preferiu ignorar.

Outra área que, em consequência, mostra resultados considerados calamitosos por uma autoridade fazendária é a dos processos fiscais. Estamos com 156.000 processos fiscais iniciados nos últimos meses, os quais, somando-se aos anteriores, chegam à cifra de 300.000. É fácil compreender que os responsáveis por empresas em dificuldades preferem pagar duplicatas e promissórias, para evitar protestos e insolvência, e atrasar pagamentos de taxas e contribuições sociais, para ganhar tempo esperando uma recuperação.

Em 1983, a renda de 80% das empresas brasileiras ficou abaixo da inflação

Mas há ainda outro aspecto negativo a considerar: o pagamento dos cruzeiros equivalentes aos exportadores, tendo em conta o saldo de 12 ou 12 1/2 bilhões de dólares, traz considerável estímulo à inflação, que o governo procura neutralizar com novas e negativas medidas de restrição de crédito e aumento das taxas de juros. A Gazeta Mercantil de 10 de outubro último divulga dados do economista Roberto Castello Branco, segundo os quais, em vez de um limite de expansão de 95% acordado com o FMI para todo

o ano de 1984, na base monetária, esta expandiu-se na velocidade de 180% nos últimos seis meses, quase o dobro da cifra estabelecida para todo o ano.

O Centro de Informações da Gazeta Mercantil forneceu os seguintes dados divulgados no Balanço Anual desse mesmo órgão especializado:

"A saúde financeira de 7.942 maiores empresas de capital aberto, com vendas representando 77% do Produto Interno Bruto, foi severamente penalizada no ano passado. Com 94 trilhões de cruzeiros (162 bilhões de dólares) de vendas em 1983, antes da correção monetária e Imposto de Renda, o resultado foi desastroso: o universo de 7.942 empresas perdeu 17,4 trilhões de cruzeiros (30 bilhões de dólares)".

O Balanço Anual registra também que, "em 1979, 25% das empresas não conseguiram elevar sua renda acima da taxa da inflação. Nos anos seguintes, a percentagem de empresas derrotadas pela inflação aumenta regularmente: 32% em 1980, 37% em 1981, 45% em 1982, até atingir em 1983 a desconcertante percentagem de 80%"!

Outras cifras apontam para os efeitos negativos das recomendações do FMI aceitas pelo governo brasileiro.

1 — Mais de 4 milhões de desempregados, mesmo levando em conta a melhoria de algumas dezenas de milhares de empregos durante 1984, boa parte dos quais produzida por causas fortuitas. Essa cifra, incluindo dependentes, indica que 16-17 milhões de pessoas não têm meios conhecidos de sobrevivência, já que não temos nenhum tipo de auxílio ao desemprego, representando um custo social insuportável.

2 — O consumo de feijão per capita baixou de 25 quilos em 1978 para 14 quilos em 1982, não tendo sido divulgadas as cifras de 1983.

3 — O consumo de arroz caiu. Embora não haja dados oficiais, de acordo com o diretor do abastecimento, ao invés de serem importadas em 1984 de 200.000 a 300.000 toneladas para atender ao consumo até a entrada da nova safra, "com a

A origem da dívida brasileira é...

queda do consumo houve uma sobra de 100.000 toneladas".

4 — O consumo de carne bai-xou, de 1980 a 1983, de 25 para 15 quilos per capita!

Sendo esses os alimentos básicos da população, é claro que muitos brasileiros estão subalimentados.

5 — A renda per capita nacional caiu 11% de 1980 a 1983.

De outro ângulo, também extremamente negativo, que me foi dado pelo senador João Calmon, especialista em educação, a percentagem de analfabetos, que era de 18% em 1978, cifra já nada lisonjeira para o Brasil, subiu para 28% em 1983.

O País está indo para trás com a política recessiva imposta pelo FMI. Para vantagem de quem? Dos credores? De ter um país enfraquecido como devedor?

É como se chamassem um médico famoso para cuidar de um paciente com sintomas de anemia. Em vez de prescrever-lhe fortificantes que lhe restarem as energias, ele aplica remédios que levam o doente para próximo da sepultura.

Para se chegar a um acordo justo é essencial uma solução político-financeira

É necessário sublinhar, nesta altura, que todo esse esforço, com efeitos tão negativos, não nos permite amortizar um dólar da dívida. Esta continuará a crescer até o fim de 1984, porque, se o saldo da balança der para pagar os juros, o déficit da balança de serviços (frete, seguros e dividendos, royalties, dólares para turistas brasileiros) aumentará a dívida entre 3 bilhões e 4 bilhões de dólares.

É preciso indagar até onde poderemos ir na direção do empobrecimento deste país?

Não é possível continuar com o processo de transferir capitais, alcançados com tantos sacrifícios e tão necessários para o Brasil e as nações em desenvolvimento, para as nações ricas, invertendo o processo natural e necessário de fortalecer

RESULTADOS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

OS MAIORES PREJUÍZOS (*) Lucro antes da correção monetária (Cr\$ milhões)

Empresas de capital nacional	
1. Varig	151.025,1
2. Cruzeiro	40.633,3
3. Aliança	32.323,1
4. Transbrasil	26.978,3
5. Netumar	23.966,3
Empresas de capital estrangeiro	
1. General Motors	172.183,1
2. Ford Brasil	150.137,5
3. Michelin	89.174,6
4. Volkswagen	87.765,0
5. Shell	64.573,7
Empresas de capital estatal	
1. Furnas	2.489.429,7
2. Eletronorte	1.548.566,0
3. RFF	1.366.773,0
4. Petrobrás	1.193.420,5
5. CHESF	1.188.948,7
Empresas de capital misto	
1. Fiat Automóveis	213.772,0
2. Valesul	107.599,9
3. Usiminas	105.695,3
4. Samarco	58.910,7
5. Aracruz	52.050,6

(*) Com base no ranking das cem maiores empresas por origem de capital.

OS MAIORES LUCROS (*) Lucro antes da correção monetária (Cr\$ milhões)

Empresas de capital nacional	
1. Camargo Corrêa	332.217,0
2. Andrade Gutierrez	201.390,8
3. Indústrias Votorantim	54.972,3
4. Odebrecht	50.771,4
5. CP Almeida	47.323,9
Empresas de capital estrangeiro	
1. Mercedes-Benz	192.672,7
2. Souza Cruz	126.807,4
3. Pirelli	101.253,9
4. Eso	73.766,2
5. Nestlé	62.563,2
Empresas de capital estatal	
1. BR	202.633,2
2. Light	75.559,7
3. Petroquímica União	57.166,0
4. Braspetro	40.349,9
5. Usiminas	38.694,7
Empresas de capital misto	
1. MBR	39.219,2
2. Ericsson do Brasil	35.718,0
3. Morro Velho	21.582,9
4. Brastemp	19.220,5
5. Nibrasco	18.602,3

(*) Com base no ranking das cem maiores empresas por origem de capital

O DESEMPENHO POR ORIGEM DE CAPITAL (Cr\$ bilhões)

	Nacionais	Estrangeiros	Estatais	Mistas	Total
Receita Operacional Líquida	46.903,9	19.467,1	22.585,2	5.049,0	94.005,2
Lucro Antes da Correção	3.684,7	648,6	-20.240,0	-897,5	-17.404,2
Lucro Líquido (*)	1.306,2	533,8	557,9	140,7	2.538,6
Patrimônio Líquido Real	30.992,0	7.676,8	30.381,5	3.618,2	72.668,5
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (Lucro antes da correção) (%)	9,95	8,45	-66,62	-24,81	-23,95
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (Lucro Líquido) (%)	4,21	6,95	1,84	3,89	3,49
Rentabilidade da Receita (Lucro antes da correção) (%)	6,58	3,33	-89,62	-17,78	-18,51
Rentabilidade das Receitas (Lucro Líquido) (%)	2,78	2,74	2,47	2,79	2,70

Fonte: Balanço Anual e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

(*) Após a correção e o Imposto de Renda

as nações mais pobres. Estariam encorajando inconvenientes mudanças políticas e ideológicas ao fornecer munição tão útil para os radicais. Em acréscimo, como disse no início desta exposição, a dívida oficial brasileira é injusta.

Alguns economistas bem conhecidos neste país, inclusive neste Instituto, na Europa e no Japão, já expressaram suas reservas pela forma com que se desenvolve o problema da dívida. Suas advertências são realistas.

O Instituto de Economia International, que patrocina este encontro, em sua publicação de setembro último, divulga em estudo de William R. Cline que diz, literalmente: "Uma grande parte do crescimento da dívida dos países em desenvolvimento na última década pode ser atribuída ao impacto de causas globais estranhas aos países em desenvolvimento: preços mais altos de petróleo

começando em 1973 e, em 1981-82, altas anormais nas taxas de juros e declínio nos termos de intercâmbio e volume de exportação associado ao recesso global".

Em conclusão, uma solução político-financeira, com a participação dos governos dos países credores, instituições internacionais e bancos comerciais de um lado e os países devedores de outro, é essencial para se chegar a um acordo justo.

Com a distribuição de responsabilidades, evitando-se maiores inconvenientes para o sistema bancário, que teriam repercuções sérias na economia do mundo livre. Já a freqüência com que surgem comentários na imprensa, aqui e no exterior, sobre a vulnerabilidade de bancos diante do problema da dívida permite a criação de um estado de espírito potencialmente perigoso.

Os banqueiros devem contri-

buir para criar melhores condições aos credores. Mas sua contribuição não pode pôr em risco o sistema financeiro, cuja grande culpa foi deixar-se estimular pelos grandes lucros que surgiam nos balanços dos departamentos internacionais dos grandes bancos, levando o espírito de concorrência às excessivas facilidades na concessão de empréstimos.

A grande falha é da macroeconomia internacional, isto é, a falta total de ação dos órgãos em Bretton Woods, que apontavam irremediavelmente para uma grave crise internacional e para um superendividamento inaceitável por parte dos importadores de petróleo.

Os verdadeiros fundamentos do problema da dívida foram desconsiderados

Para finalizar, o sr. George Sôros, autor de conhecidos trabalhos sobre a matéria, propõe que o problema se acerte com a equação 20 a 25% das exportações dos países em desenvolvimento para acertar pagamento de juros da dívida. O Brasil espera exportar 27 bilhões de dólares em 1984 e, assim, destinará de 5,5 bilhões a 6,5 bilhões de dólares para o serviço da dívida, isto é, quase a metade do que nos custam os juros em 1984. Esta é uma aproximação realística do problema que porá fim a um insuportável processo de empobrecimento do Brasil e de outras nações em desenvolvimento.

Um acerto básico assentado em decisões políticas e técnicas, nesta questão, parece essencial. Tempo excessivo foi perdido procurando ganhar tempo, sem considerar os verdadeiros fundamentos do problema. Essa não é uma boa política, pois deixar assunto de tanta importância desenvolver-se sem as mudanças básicas necessárias é encorajar críticas e reações dos setores intelectuais, políticos e de negócios, de forma crescente, e se a questão tornar-se emocional será pior para todas as partes.